

Cidades e Comunidades Sustentáveis: Análise de Uberlândia-MG a partir do ODS 11

Guilherme Antônio da Silva

Resumo

Em 2015, a ONU lançou a Agenda 2030, propondo aos seus 193 Estados-membros, entre eles o Brasil, a adotar um novo plano global de desenvolvimento sustentável para os 15 anos seguintes. O acordo estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, sucedendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essas diretrizes orientam políticas nacionais e cooperação internacional até 2030. Sendo um dos principais papéis do geógrafo compreender as transformações resultantes da interação entre o ser humano e o espaço habitado, este artigo procura investigar à luz da ODS 11 se a cidade de Uberlândia (MG) - segunda maior do estado de Minas Gerais, que teve seu crescimento fortemente influenciado pelo boom da urbanização brasileira a partir de 1930 devido a industrialização nacional - se aproxima de um dos objetivos da Agenda 2030.

Palavras-chave: ODS 11, Cidades Sustentáveis, Governança Urbana, Uberlândia (MG).

Introdução

O crescimento acelerado das cidades brasileiras e globais têm provocado transformações complexas no espaço urbano, trazendo desafios como desigualdade social, ocupações irregulares, enchentes e dificuldades de mobilidade. Uberlândia, segunda maior cidade de Minas Gerais, reflete esses problemas, especialmente devido a processos de urbanização desordenada e à especulação imobiliária, que fragmentam o território e dificultam o acesso da população a serviços e infraestrutura adequados.

Compreender a sustentabilidade urbana nesse contexto é fundamental. Os indicadores do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC) oferecem uma ferramenta útil para analisar questões relacionadas à habitação, à mobilidade e à segurança urbana, ajudando a identificar desigualdades e a orientar políticas públicas mais eficazes. Ao mesmo tempo, a Agenda 2030 da ONU e, em particular, o ODS 11 — que busca tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis — fornecem uma referência internacional para avaliar avanços e lacunas na gestão urbana de cidades como Uberlândia.

Este artigo tem como objetivo investigar, à luz do ODS 11, a sustentabilidade urbana em Uberlândia, utilizando dados do IDSC e informações complementares sobre mobilidade, ocupações urbanas e vulnerabilidades a eventos climáticos extremos. Ao relacionar esses indicadores com a dinâmica de crescimento urbano da cidade e com reflexões de geógrafos brasileiros que estudam urbanização e segregação espacial, busca-se compreender até que ponto Uberlândia se aproxima dos objetivos da Agenda 2030.

1. Políticas Globais de Sustentabilidade Urbana

Desde a Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, o mundo vem passando por um processo acelerado de urbanização, que levou grande parte da população a se concentrar em áreas urbanas. Esse crescimento urbano intenso trouxe inúmeros desafios complexos, como a poluição do ar, o aumento das desigualdades sociais e a pressão sobre os recursos naturais. A população urbana continua crescendo e a previsão é de que cidades em todo o mundo tenham 2,2 bilhões de habitantes a mais até 2050. No ritmo atual, estima-se que a população urbana passe de 56% do total global em 2021 para 68% em 2050 (ONU HABITAT, 2025).

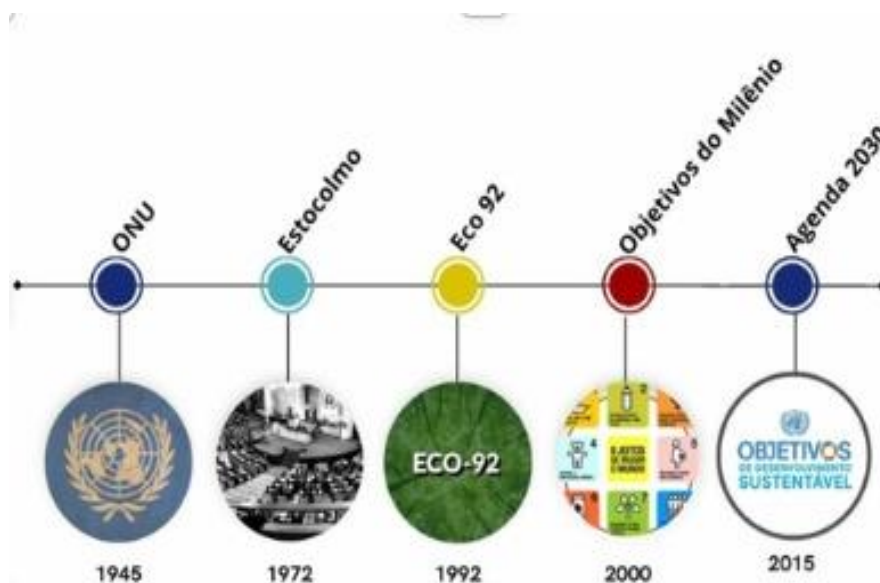
Frente a esses desafios ligados ao crescimento urbano e à pressão sobre os recursos naturais, a comunidade internacional passou a buscar ações coordenadas, concretizadas na Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerada o ponto de partida para a criação de regimes internacionais ambientais. Nesta Conferência consolidou-se uma agenda ambiental de relevância crescente no cenário global. Realizada em um contexto histórico marcado pela Guerra Fria, pela expansão do capitalismo mundial e pelo avanço da produção industrial em escala global, esta Conferência consolidou uma agenda ambiental de relevância crescente no cenário internacional. Diante da crise ambiental emergente e da percepção sobre a limitação dos recursos naturais, destacou-se a urgência de ações voltadas à mitigação dos impactos ambientais e à transformação dos padrões de produção e consumo.

Dando continuidade à agenda internacional iniciada em Estocolmo, a Conferência do Rio de 1992 (ECO-92) ampliou a participação de governos, empresas e sociedade civil, reforçando o debate sobre proteção ambiental global. O evento contou com delegações de 178 países e 114 chefes de Estado ou de Governo, com o objetivo de consolidar um regime internacional de cooperação ambiental (RIBEIRO, 2001). O encontro resultou em uma série de acordos que teriam como função a cooperação internacional em torno de medidas de proteção ambiental em nível mundial. Os principais acordos foram: a Convenção da

Diversidade Biológica; a Convenção de Mudanças Climáticas; e principalmente um planejamento sobre os recursos destinados à proteção ambiental, a Agenda 21.

Alguns anos depois, o conceito de desenvolvimento sustentável divulgado na Cúpula Mundial em 2002 propõe a melhoria na qualidade de vida dos habitantes, levando-se em conta que o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra pode limitar tal desenvolvimento e prejudicar gerações futuras (MIKHAILOVA, 2004). Atualmente se encontra solidificada a ideia de que o desenvolvimento econômico de hoje deve se realizar sem comprometer o desenvolvimento econômico das gerações futuras (MOTTA, 1997). A Figura 1 ilustra a linha histórica da ONU em torno do desenvolvimento sustentável em pauta no mundo.

Figura 1 - Linha histórica da ONU



Fonte: ODS Jacareí (2025)

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Agenda 2030, convocando seus 193 Estados-membros, incluindo o Brasil, a cooperar na implementação de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável ao longo dos 15 anos seguintes. Resultado das negociações iniciadas em 2013, após a Conferência Rio+20, a Agenda foi formalizada na Cúpula da ONU para o Desenvolvimento Sustentável e estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas,

sucedendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Essas diretrizes devem orientar políticas nacionais e ações de cooperação internacional até 2030, abrangendo temas como erradicação da pobreza, educação, saúde, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, crescimento econômico inclusivo e governança. (UNICEF Brasil, 2025) Esses objetivos estão representados na Figura 2, que ilustra os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030.

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: UNICEF Brasil (2025)

É nesse contexto que a Geografia se revela central, ao operar como uma ciência de síntese que decodifica as múltiplas escalas da dialética sociedade-natureza, elucidando as dinâmicas territoriais e urbanas para, assim, instrumentalizar o um possível planejamento.

2. Cidade, Urbano e a Produção do Espaço

Henri Lefebvre, autor clássico e referência nos estudos de geografia urbana, ressalta que:

[...] o espaço urbano não exclui a produção, as empresas, as relações industriais: mas a compreensão do termo e do conceito, com temática e como problemática correspondentes, é mais amplo. É, portanto, o território onde se desenvolvem a

modernidade – e a cotidianidade no mundo moderno. O conceito foi elaborado para substituir por análises dialéticas (levando em conta a complexidade dos fatos assim como contradições e conflitos) as representações simplificadas, as constatações, o estudo de questões reais mas parciais; a repartição e as transferências de propriedade, as especulações, a demografia, etc. O conceito sublinha aquilo que se passa e tem lugar fora das empresas e do trabalho, se bem que ligado por múltiplos liames à produção. Ele põe a ênfase no cotidiano na vida das “cidades”. (Lefebvre, 1986, p. 161-162)

Essa ideia ajuda a perceber que a cidade não pode ser entendida só pela sua dimensão econômica. Ela também é o lugar onde a vida cotidiana acontece, carregada de contradições, conflitos e disputas sociais. Partir dessa compreensão é importante para pensar a sustentabilidade urbana, porque mostra que os desafios do urbano vão muito além de números e de indicadores técnicos: eles dizem respeito, principalmente, às formas como as pessoas vivem, produzem e habitam o espaço.

A partir dessa perspectiva, a compreensão das cidades e do urbano exige ir além das orientações estabelecidas por agendas internacionais de sustentabilidade, como a Agenda 2030 e o ODS 11. Se, por um lado, essas orientações estabelecem metas normativas para a construção de cidades inclusivas, seguras e resilientes, por outro lado, é no campo da teoria urbana crítica que conceitos e análises surgem como instrumentos para interpretar de que forma esses princípios se concretizam (ou não) no espaço urbano.

Nesse sentido, autores brasileiros de destaque, como os geógrafos Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos, e as arquitetas e urbanistas Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, oferecem contribuições fundamentais para compreender a cidade como produto de processos sociais, políticos e econômicos, evidenciando as contradições que permeiam a produção e a apropriação do espaço urbano. Ao relacionar essas reflexões com a realidade de Uberlândia, torna-se possível perceber como a implementação prática de políticas urbanísticas e habitacionais ainda enfrenta desafios significativos frente às desigualdades socioespaciais presentes na cidade.

Para Milton Santos (1993), a urbanização contemporânea é profundamente desigual, marcada pelo que ele denomina meio técnico-científico-informacional. Nesse contexto, as cidades funcionam como pontos de integração de fluxos globais, mas reproduzem exclusões locais, evidenciando que a urbanização não é neutra, sendo

simultaneamente espaço de oportunidades e de marginalização social. Essa perspectiva permite perceber que o simples crescimento urbano não garante automaticamente a sustentabilidade, sendo necessário considerar as contradições estruturais que atravessam as cidades.

Ana Fani Alessandri Carlos (2001) contribui para essa análise ao discutir a cidade como produto do capital, mas também como espaço de vida cotidiana. A autora enfatiza a tensão entre a cidade como mercadoria, regulada pelo mercado imobiliário e pelas políticas urbanas, e a cidade como território de vivência social. Essa contradição é central para pensar a sustentabilidade urbana, pois evidencia que políticas globais ou nacionais precisam dialogar com os processos concretos de produção do espaço e com os direitos sociais dos habitantes.

A crítica de Raquel Rolnik (2015) à financeirização da habitação complementa essa perspectiva, ao demonstrar que políticas de planejamento urbano frequentemente transformam a moradia em ativo financeiro, limitando o acesso à habitação digna. Nesse sentido, o direito à cidade e a efetiva inclusão social permanecem fragilizados, mesmo quando instrumentos legais, como o Estatuto da Cidade, buscam orientar políticas de desenvolvimento urbano mais equitativas. De forma semelhante, Ermínia Maricato (2000) destaca a urbanização periférica e informal no Brasil, evidenciando que a expansão urbana brasileira se dá muitas vezes de maneira excludente, criando barreiras estruturais à implementação de cidades sustentáveis.

Ao refletir sobre as ideias dos autores apresentados, fica evidente que a cidade contemporânea reúne, ao mesmo tempo, possibilidades e desafios para a sustentabilidade. O urbano não é apenas uma delimitação física, mas um espaço vivo, atravessado por tensões sociais, políticas e econômicas, onde projetos e objetivos globais podem tanto se concretizar quanto se frustrar. Com esse olhar, proponho analisar Uberlândia, buscando compreender de que forma os princípios do ODS 11 aparecem - ou deixam de aparecer - na vida cotidiana e na organização espacial dessa cidade brasileira de grande porte.

3. Contexto de Uberlândia no Âmbito da Sustentabilidade e o ODS 11

De 1940 a 2010 a proporção da população brasileira vivendo nas cidades passou de 31% para 84%, com atuais cerca de 160 milhões de residentes urbanos. Pode-se dizer que foi um dos processos mais intensos de urbanização ocorridos no mundo durante o século XX. Esse deslocamento gigantesco de população está relacionado à histórica concentração da terra rural e ao fracasso da proposta de Reforma Agrária, uma das propostas de Reforma de Base sustentada pelos movimentos sociais e sindicais no período que antecedeu o Regime Militar iniciado em 1964. (MARICATO, 2011)

A cidade de Uberlândia, que recebe este nome somente no século XX, surge como um arraial, na segunda metade do século XIX, como local de passagem dos tropeiros e comerciantes que transportavam mercadorias de um estado para o outro. Assim, a cidade surge como um ponto de pouso para essas pessoas. Inicialmente, recebeu o nome de Uberabinha, devido a esse motivo a configuração do espaço urbano foi cotidianamente pensada para que atendesse as necessidades das pessoas que o utilizavam. (De Melo; Dos Reis, 2014)

Lopes (2010) aponta que, os viajantes utilizavam Uberlândia como um local de descanso, pois traziam mercadorias provenientes do estado de São Paulo para comercializá-las no estado de Goiás. Desta forma, a cidade não despertou interesse no processo de urbanização até o final do século XIX. A Figura 3 ilustra a planta da cidade de Uberlândia em 1898, documento cartográfico que permite observar o núcleo urbano original e os primeiros vetores de expansão territorial.

Em 2022, a população era de 713.224 habitantes e a densidade demográfica era de 173,31 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 2 e 45 de 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 28 e 445 de 5570. (IBGE CIDADES, 2025)

[illegible]

Fonte: LOPES, Valeria Maria Queiroz Cavalcante, 2010

Em 2021, o PIB per capita de Uberlândia era de R\$61.038,02. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 59 de 853 e na 615 de 5570 entre todos os municípios brasileiros. Já o percentual de receitas externas em 2024 era de 53,45%, o que o colocava-o na posição 834 de 853 entre os municípios do estado e na 5299 de 5570 em nível de Brasil. Em 2024, o total de receitas obtidas foi de R\$ 4.504.632.618,18 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 4.758.850.443,09 (x1000). Isso deixa o município nas posições 2 e 2 de 853 entre os municípios do estado e na 30 e 27 de 5570 entre todos os municípios. (IBGE CIDADES, 2025)

Uberlândia apresenta 95,82% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 91,11% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 17 de 853, 29 de 853 e 309 de 853, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 143 de 5570, 843 de 5570 e 1064 de 5570, respectivamente. (IBGE CIDADES, 2025)

Esses dados demonstram que Uberlândia já pode ser entendida como uma cidade de grande porte, com papel importante no interior do Brasil. Mas, esse crescimento também traz preocupações: a cidade precisa lidar com problemas de mobilidade, de uso e ocupação do solo, de gestão dos resíduos e de acesso aos serviços públicos. São justamente esses pontos que se conectam com as metas do ODS 11, que busca construir cidades mais sustentáveis e justas.

3.1 ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 tem como objetivo tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Para isso, busca garantir moradia e serviços básicos para todos, melhorar a forma como as cidades crescem e funcionam, oferecer transportes acessíveis e sustentáveis e também proteger o patrimônio cultural e natural. Conforme estabelecido pela ONU, por meio da Agenda 2030, o ODS 11 está estruturado, no âmbito do Brasil, em sete metas principais, cada uma acompanhada de uma ou duas submetas. Além disso, existem ainda três metas complementares, identificadas pelas letras “a”, “b” e “c” do referido objetivo, que ampliam a abrangência do mesmo, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1. Metas ODS 11

	Meta
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Fonte: Dados extraídos do site das ODS, e organizados pelo autor, 2025.

Para este estudo, utilizou-se indicadores disponíveis no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). O IDSC é um instrumento que mede e acompanha como os municípios brasileiros estão em relação às metas da Agenda 2030 da ONU. Ele é organizado a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e traz indicadores que ajudam a entender como as cidades avançam nas dimensões social, econômica, ambiental e institucional. Na prática, o IDSC serve como uma forma de avaliar de maneira mais próxima a realidade local, funcionando tanto como apoio ao planejamento urbano e às políticas públicas, quanto como uma fonte de informação para a sociedade acompanhar os desafios e os avanços em direção à sustentabilidade.

Segundo o IDSC, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Uberlândia apresenta uma pontuação geral de 57,63 em 100, ocupando a posição 466 entre 5.570 cidades, o que a situa em um nível médio de desenvolvimento sustentável. Essa posição é ilustrada na Figura 4, que mostra a classificação geral de Uberlândia no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC).

Figura 4. Classificação geral de Uberlândia



Fonte: IDSC – BR, 2025

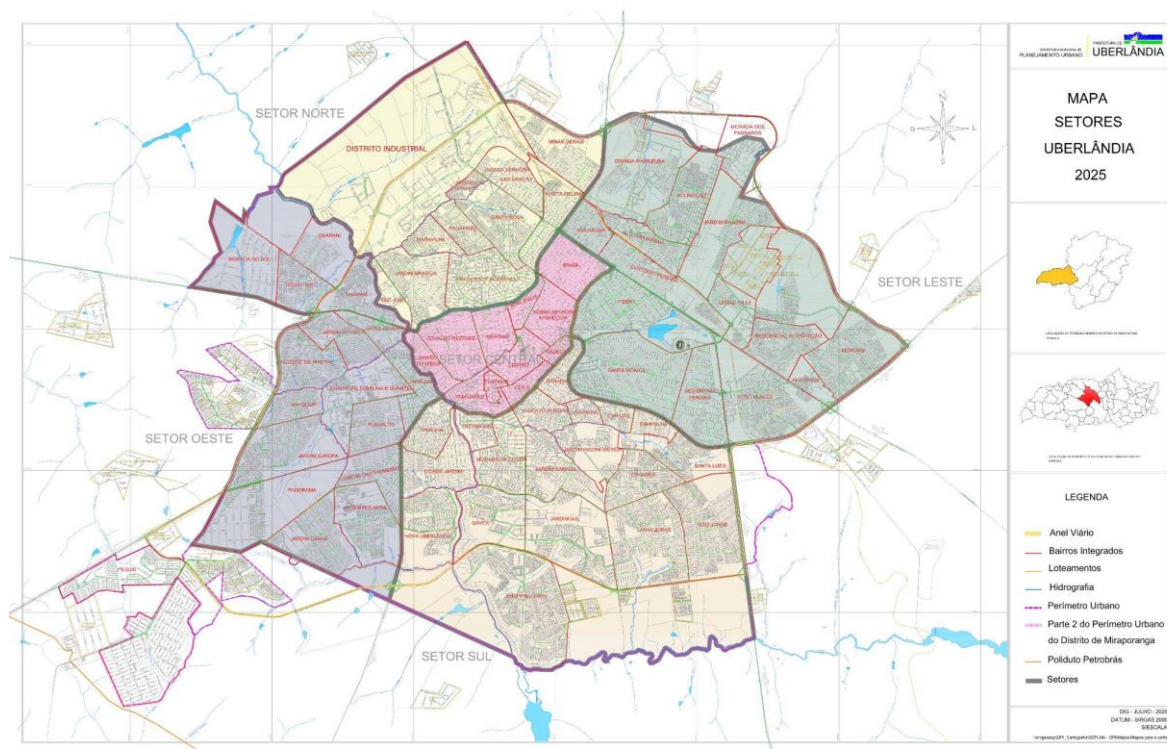
Alguns indicadores disponibilizados pelo IDSC como referência para o ODS 11 incluem: **a população residente em favelas e comunidades urbanas, as mortes no trânsito e o percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora.**

O primeiro indicador corresponde ao percentual da população urbana que reside em favelas e aglomerados subnormais em relação à população total do município. Em 2022, Uberlândia apresentou um valor de 4,49, classificado como “há desafios significativos”. O crescimento da cidade tem sido marcado por processos de expansão desordenada e especulação imobiliária, resultando em segregação e fragmentação territorial. Nesse contexto, surgem os chamados “vazios urbanos” e periferias, reflexos diretos da lógica capitalista e da ocupação de áreas inadequadas (BICALHO, 2023).

De acordo com Bicalho, foram identificadas 13 ocupações urbanas em Uberlândia, sendo 11 delas surgidas entre 2010 e 2020, abrigando mais de 13 mil famílias, aproximadamente 40 mil pessoas, em condições irregulares e precárias. Ocupações como Glória, hoje bairro Elisson Pietro - a maior área urbana regularizada em Minas Gerais -, e Nelson Mandela evidenciam a carência habitacional e a negligência do poder público. Nesses locais, a precariedade da infraestrutura é evidente, incluindo ausência de saneamento básico, acesso limitado à energia elétrica e vias não pavimentadas, que se tornam lamaçais em períodos de chuva. Destaca-se ainda a gestão inadequada de resíduos, com relatos recorrentes de queima de lixo.

Em contraste, áreas como o Setor Sul recebem investimentos públicos e privados expressivos em infraestrutura moderna, incluindo condomínios de alto padrão, viadutos e centros comerciais, evidenciando disparidades no uso e ocupação do solo urbano. Esse cenário intensifica a desigualdade no desenvolvimento e na qualidade de vida entre moradores das ocupações e das demais áreas da cidade. A autoconstrução nas ocupações, por exemplo, embora demonstre a resiliência e a solidariedade da comunidade, ocorre em um contexto de ausência de planejamento formal e de políticas públicas insuficientes para garantir direitos básicos à população. A Figura 5 apresenta o mapa da atual divisão de Uberlândia por setores.

Figura 5. Mapa da atual divisão por setores de Uberlândia



Fonte: Prefeitura de Uberlândia, 2025

A regionalização atual exercida na cidade foi definida pelo Plano Diretor Municipal, que organiza Uberlândia em cinco setores urbanos: Central, Leste, Oeste, Norte e Sul. Essa

divisão permite observar as diferentes dinâmicas de uso e ocupação do solo, mas também evidencia contrastes marcantes. Enquanto o Setor Sul concentra investimentos públicos e privados e se tornou um espaço de valorização imobiliária, setores como o Norte e parte do Leste reúnem a maior parte das ocupações irregulares e sofrem com a precariedade de infraestrutura. Assim, embora o Plano Diretor traga diretrizes importantes para o ordenamento territorial e para a promoção do direito à cidade, sua efetivação prática ainda mostra limites significativos, sobretudo em relação às políticas habitacionais e à redução das desigualdades socioespaciais.

Outro indicador relevante do IDSC relacionado ao ODS 11 é o número de mortes em acidentes de trânsito (CID10 V01-V99) por 100 mil habitantes. Em 2023, Uberlândia apresentou um valor de 15,56, classificado como “há desafios”. Esse dado evidencia fragilidades na infraestrutura viária, na sinalização, na fiscalização de normas de trânsito e na conscientização dos usuários. A elevada incidência de acidentes compromete a segurança da população e aponta para a necessidade de políticas públicas integradas que promovam a mobilidade urbana segura, eficiente e inclusiva.

Um terceiro indicador considerado pelo IDSC é o percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora. Em 2010, Uberlândia apresentou um valor de 11,55%, considerando pessoas que viviam em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que levavam mais de uma hora até o trabalho. Apesar de a cidade contar atualmente com oito terminais de ônibus, o problema persiste, sugerindo que o acesso ao transporte público ainda não atende de forma adequada às necessidades da população. Embora dados mais recentes não estejam disponíveis, é provável que esse percentual tenha aumentado nos últimos anos, refletindo desafios relacionados à mobilidade urbana e à distribuição espacial de empregos e moradia. Esse indicador, obtido a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam transporte acessível e reduzam desigualdades socioespaciais.

Além dos indicadores do IDSC, a sustentabilidade urbana deve considerar também eventos de impacto ambiental. A Avenida Rondon Pacheco, construída sobre o leito de um rio, sofre enchentes recorrentes durante os períodos de chuva, evidenciando fragilidades na infraestrutura e na capacidade da cidade de lidar com desastres naturais. Um caso

recente ilustra essa vulnerabilidade: uma cidadã morreu arrastada por uma enxurrada após forte chuva em uma das principais avenidas da cidade, reforçando a necessidade de políticas urbanas que integrem planejamento, prevenção e infraestrutura adequada para proteger a população. Um registro jornalístico do evento é mostrado na Figura 6, evidenciando a tragédia ocorrida na Avenida Rondon Pacheco durante um episódio de enchente.

Figura 6. Notícia de morte na Avenida Rondon Pacheco devido a enchente



Fonte: G1, 2024

Recentemente, em setembro de 2025, foi anunciado que Uberlândia receberá R\$ 160 milhões por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de drenagem urbana e contenção de enchentes. O Novo PAC é um programa de investimentos coordenado pelo governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais. Todo o esforço conjunto é para acelerar o crescimento econômico e a

inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades sociais e regionais. (GOV BR, 2025)

Esse investimento pode contribuir para a redução dos riscos em áreas mais vulneráveis, aumentar a segurança da população e fortalecer a resiliência urbana, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 11, que busca tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, além de apoiar metas relacionadas à redução de desigualdades e à infraestrutura urbana adequada.

Considerações finais

A análise dos indicadores do IDSC e do contexto urbano de Uberlândia evidencia importantes desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável. Indicadores como o percentual da população residente em favelas, o número de mortes no trânsito e o tempo de deslocamento ao trabalho mostram desigualdades socioespaciais significativas, que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Além disso, a cidade permanece vulnerável a eventos climáticos extremos, como as enchentes recorrentes na Avenida Rondon Pacheco (pavimentada sobre o córrego São Pedro), evidenciando fragilidades na infraestrutura urbana e a necessidade de um planejamento mais estratégico, especialmente considerando que o Plano Diretor da cidade não busca exercer de forma consistente a participação popular.

Conforme discutem geógrafos brasileiros sobre urbanização e segregação espacial no país, o crescimento desordenado das cidades e a especulação imobiliária contribuem para a fragmentação do território e para a desigualdade social. Esses processos se refletem diretamente nos indicadores do IDSC em Uberlândia, reforçando a importância de políticas públicas e ações de planejamento urbano que visem reduzir desigualdades, promover infraestrutura adequada e garantir direitos básicos à população.

O anúncio do investimento de R\$ 160 milhões pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de drenagem urbana e contenção de enchentes representa

um passo importante para reduzir riscos e aumentar a resiliência da cidade. Ainda assim, os dados indicam que há muito a ser feito para que o desenvolvimento urbano se torne efetivamente mais inclusivo e sustentável. Dessa forma, políticas públicas contínuas, acompanhamento constante dos indicadores do IDSC e novos investimentos em infraestrutura são essenciais para que Uberlândia avance de maneira equilibrada, garantindo mais segurança, mobilidade e qualidade de vida para todos, em consonância com os objetivos do ODS 11 apresentados ao longo deste artigo.

Referências

BICALHO, Beatriz et al. **Desenvolvimento sustentável no contexto das ocupações urbanas em Uberlândia (MG)**. 2023.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”**. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, p. 349-369, 2020.

DE MELO, Cristiane Aparecida Silva Moura; DOS REIS, Laís Naiara Gonçalves. Uberlândia (MG): uma cidade e suas metamorfoses. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 09, p. 51-60, 2014.

G1. **Mulher morre arrastada por enchente após forte chuva em Uberlândia**.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2024/11/24/video-mulher-morre-arrastada-por-enchente-apos-forte-chuva-em-uberlandia.ghtml>.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Perfil de Uberlândia - IDSC**. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3170206/>.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9941-atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil>.

LOPES, Valeria Maria Queiroz Cavalcante. **Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços.** Uberlândia: EDUFU, 2010.

MARICATO, Ermínia. **A cidade sustentável.** Anais. Porto Velho: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.sengemg.com.br/downloads/eventos/9_consenge/caderno-teses-2-Consenge.pdf.

MIKHAILOVA, I. **Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática.** *Revista Economia e Desenvolvimento*, n. 16, p. 22–41, 2004.

MOTTA, R. S. **Desafios ambientais da economia brasileira.** *Texto para Discussão*, nº 509. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **Uberlândia tem seis projetos de drenagem aprovados no novo PAC.** Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2025/09/19/uberlandia-tem-seis-projetos-de-drenagem-aprovados-no-novo-pac/>.

ROLNIK, Raquel et al. **O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação.** *Cadernos Metrópole*, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 1993.

UNICEF BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Brasil.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.